

PARECER HOMOLOGADO
Portaria nº 71, publicada no D.O.U. de 15/1/2019, Seção 1, Pág. 21.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: PL Administração e Participações Ltda.		UF: PR
ASSUNTO: Credenciamento da Faculdade Cesumar de Campo Grande, a ser instalada no município de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul.		
RELATOR: Joaquim José Soares Neto		
e-MEC Nº: 201701132		
PARECER CNE/CES Nº: 688/2018	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 7/11/2018

I – RELATÓRIO

O presente processo trata do credenciamento da Faculdade Cesumar de Campo Grande, a ser instalada no município de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul, mantida pelo PL Administração e Participações Ltda., com sede no município de Maringá, no estado do Paraná.

As seguintes informações, extraídas do Parecer Final da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), transcritas *ipsis litteris*, apresentam o histórico do processo de credenciamento da Instituição de Educação Superior (IES).

1. DO PROCESSO

Trata-se de pedido de credenciamento FACULDADE CESUMAR DE CAMPO GRANDE (cód. 22095), protocolado no sistema e-MEC sob o número 201701204, em 21/03/2017, juntamente com a autorização para o funcionamento de 5 (cinco) curso superior de graduação vinculado:

Administração, bacharelado (código: 1385243 processo: 201701133).

Ciências Contábeis, bacharelado (código: 1385244 processo: 201701134).

Gestão de Produção Industrial, tecnologia (código: 1385245 processo: 201701135).

Gestão de Recursos Humanos, tecnologia (código: 1385246 processo: 201701136).

Processos Gerenciais, tecnologia (código: 1385247 processo: 201701137).

2. DA MANTIDA

FACULDADE CESUMAR DE CAMPO GRANDE (cód. 22095), é instituição privada, com fins lucrativos. A IES será instalada na Rua Euclides da Cunha, bairro Jardim dos Estados nº 1216, no município de Campo Grande/MS CEP 79020230

3. DA MANTENEDORA

O PL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA (cód. 16427), Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 10.384.526/0001-76, com sede em Maringá/PR.

Conforme previsto no art. 20, § 4º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, foram consultadas em 08/10/2018, as seguintes certidões negativas em nome da Mantenedora:

Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União - Válida até 18/03/2019. Disponível em: <<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaSegVia/ResultadoSegVia.asp?app=CNDConjuntaSegVia>>.

Certificado de Regularidade do FGTS – Validade: 16/09/2018 a 15/11/2018.

4. DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

O Processo de credenciamento foi submetido às análises técnicas dos documentos apresentados: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Regimento, documentos fiscais, parafiscais, contábeis e ato constitutivo da mantenedora, concluindo-se pelo atendimento “satisfatório” das exigências de instrução processual estabelecidas para a fase de Despacho Saneador pelo Decreto nº 5.773/2006, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.303/2007, e a Portaria Normativa MEC nº 40/2007, vigentes à época.

5. DA AVALIAÇÃO IN LOCO

Em atendimento ao disposto no § 2º do art. 17 do Decreto nº 5.773/2006, vigente à época, o processo de credenciamento foi encaminhado ao INEP para a avaliação in loco, que ocorreu no período de 18/02/2018 a 22/02/2018. A avaliação seguiu os procedimentos previstos no Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de Credenciamento, Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica, na modalidade presencial, publicado em agosto de 2014.

Seu resultado foi registrado no Relatório nº 136267, que resultou nos conceitos descritos na tabela abaixo:

<i>Dimensões/Eixos</i>	<i>Conceitos</i>
<i>Dimensão 1 - Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional</i>	<i>4,00</i>
<i>Dimensão 2 - Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional</i>	<i>3,56</i>
<i>Dimensão 3 - Eixo 3 - Políticas Acadêmicas</i>	<i>3,50</i>
<i>Dimensão 4 - Eixo 4 - Políticas de Gestão</i>	<i>4,33</i>
<i>Dimensão 5 - Eixo 5 - Infraestrutura Física</i>	<i>3,25</i>
<i>CONCEITO INSTITUCIONAL: 4</i>	

A Secretaria e a IES não impugnaram o Relatório de Avaliação.

O Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Credenciamento, contempla as 10 dimensões determinadas pelo art. 3º da Lei do SINAES (a missão e o plano de desenvolvimento institucional (PDI); a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal; a organização e gestão da instituição; a infraestrutura física; o planejamento e a avaliação; as políticas de atendimento aos estudantes; a sustentabilidade financeira) agrupadas por afinidade em cinco eixos, com indicadores que apresentam elementos de avaliação e os respectivos critérios para sua análise e verificação.

As sínteses elaboradas pela Comissão de Avaliação in loco para corroborar a atribuição dos conceitos poderão ser consultadas diretamente no processo e-MEC em análise.

5.1. Requisitos legais

A Comissão de Avaliação assinalou o atendimento a todos os requisitos legais e normativos.

6. DO CURSO VINCULADO

Por oportuno, é necessário informar que o processo de autorização do curso pleiteado já passou por avaliação in loco e obteve os seguintes conceitos:

<i>Processo e-MEC</i>	<i>Curso/ Grau</i>	<i>Período de realização da avaliação in loco</i>	<i>Dimensão 1 - Org. Didático-Pedagógica</i>	<i>Dimensão 2 - Corpo Docente</i>	<i>Dimensão 3 – Infraestrutura</i>	<i>Conceito de Curso/ Perfil de Qualidade do curso</i>
201701133	ADMINISTRAÇÃO/Bacharelado	02/08/2017 a 05/08/2017	2,9	3,8	3,5	3
201701134	CIÊNCIAS CONTÁBEIS/bacharelado	02/08/2017 a 05/08/2017	4,3	4,1	3,5	4
201701135	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL/Tecnologia	10/09/2017 a 13/09/2017	4,4	4,4	3,7	4
201701136	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS/Tecnologia	02/08/2017 a 05/08/2017	3,6	3,5	3,3	3
201701137	PROCESSOS GERENCIAIS/Tecnologia	20/08/2017 a 23/08/2017	4,5	4,2	3,9	4

7. CONSIDERAÇÕES DA SERES

Com o intuito de aperfeiçoar os procedimentos e desburocratizar fluxos e aprimorar a qualidade da atuação regulatória do Ministério da Educação, exarou-se o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado no DOU de 18 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Com efeito, a Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017, republicada no DOU de 03 de setembro de 2018, estabeleceu os procedimentos e o padrão decisório aplicados aos processos regulatórios das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.

O art. 29 da referida PN nº 20/2017, assim prevê:

Art. 29. Esta Portaria aplica-se aos processos protocolados a partir da data de publicação do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e, no que couber, aos processos em tramitação até a data de publicação do referido Decreto.

Parágrafo Único. A SERES editará normativo específico dispondo sobre os critérios para aplicação do padrão decisório aos processos em tramitação referidos no caput.

Como regulamentação desse dispositivo, editou-se a Instrução Normativa SERES/MEC nº 1, de 17 de setembro de 2018, publicada no DOU em 18 de setembro de 2018, que determina regra de transição para aplicação de padrões decisórios aos processos regulatórios protocolados até 22 de dezembro de 2017, conforme estabelece em seu art. 7º, litteris:

Art. 7º Esta Instrução Normativa aplica-se exclusivamente aos processos protocolados até 22 de dezembro de 2017, data da publicação da Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017.

O pedido de credenciamento, ora em apreço, foi protocolado no sistema e-MEC na data de 29/03/2017, aplicando-se, portanto, os critérios de análise conforme disposto no art. 2º da IN nº 1/2018, in verbis:

Art. 2º Na fase de parecer final, a análise dos pedidos de credenciamento terá como referencial o Conceito Institucional (CI) e os conceitos obtidos em cada um dos eixos, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas aplicadas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios:

I - obtenção de CI igual ou maior que três;

II - obtenção de conceito igual ou maior que três em cada um dos eixos do CI;

e

III - atendimento a todos os requisitos legais.

(...)

O pedido de credenciamento da FACULDADE CESUMAR DE CAMPO GRANDE (cód. 22095), protocolado nesta Secretaria, tem, a ele vinculado, um pedido de autorização de curso, conforme processo retro mencionado. Tanto o pedido de credenciamento quanto o pedido de autorização de curso foram submetidos ao fluxo regulatório e tiveram visitas in loco realizadas por equipes de especialistas do Inep.

Da análise dos autos, conclui-se que a FACULDADE CESUMAR DE CAMPO GRANDE (cód. 22095) possui condições suficientes de infraestrutura, de organização acadêmica e de organização administrativa. O Relatório de Visita enuncia que a IES obteve conceitos satisfatórios ou superiores ao referencial mínimo de qualidade, o que produziu um Conceito Institucional – CI “4”, considerado, pelo Instrumento de Avaliação do Inep, um perfil “muito bom” de qualidade. Além disso, todos os requisitos legais e normativos foram atendidos.

Quanto ao curso superior de graduação vinculado ao credenciamento, o padrão decisório disposto na Instrução Normativa nº 1/2018, dispõe o seguinte:

Art. 4º Na fase de parecer final, a análise dos pedidos de autorização de cursos presenciais terá como referencial o Conceito de Curso (CC) e os conceitos obtidos em cada uma das dimensões, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas aplicadas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios:

I- obtenção de CC igual ou maior que três;

II- obtenção de conceito igual ou maior que três em cada uma das dimensões do CC; e

III- atendimento a todos os requisitos legais.

(...).

As propostas para a oferta dos cursos superiores de graduação de Administração, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado; Gestão de Produção Industrial, tecnologia; Gestão de Recursos Humanos, tecnologia e Processos Gerenciais, tecnologia atenderam a todos os requisitos legais e normativos, obtiveram conceitos satisfatórios nas três Dimensões constantes do Instrumento de Autorização

de Cursos de Graduação. Dessa forma, consideram-se atendidas as condições estabelecidas na IN nº 1/2018, para a autorização dos referidos cursos.

Caberá à IES, se credenciada, atentar para as observações e recomendações das comissões e adotar constantemente medidas com o intuito de manter e aprimorar as condições evidenciadas, e, cumprindo integralmente todos os requisitos legais, o que será verificado de acordo com o ciclo avaliativo.

Considerando a Portaria Normativa nº 1, de 03 de janeiro de 2017, que estabelece os prazos dos atos regulatórios de credenciamento e recredenciamento das IES, o prazo de validade do Ato de Credenciamento para a Instituição em epígrafe deverá ser de 4 (quatro) anos, de acordo com o Conceito Institucional da IES obtido no presente processo.

Destarte, considerando que o processo de credenciamento e o processo de autorização pleiteado encontram-se em conformidade com o disposto no Decreto nº 9.235/ 2017, bem como com as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas no DOU de 03 de setembro de 2018, e, ainda com a Instrução Normativa SERES/MEC nº 1, de 17 de setembro de 2018, publicada no DOU em 18 de setembro de 2018, e fundamentando-se, principalmente, nos resultados obtidos nas avaliações in loco, esta Secretaria manifesta-se favoravelmente aos pedidos.

9. CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a instrução processual e a legislação vigente, esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior é de parecer FAVORÁVEL ao credenciamento da FACULDADE CESUMAR DE CAMPO GRANDE (cód. 22095), a ser instalada na Rua Euclides da Cunha, bairro Jardim dos Estados nº 1216, no município de Campo Grande/MS CEP 79020230, mantida pelo O PL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA (cód. 16427), com sede no município Maringá /PR, pelo prazo máximo de 4 anos, submetendo o presente processo à deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Deve-se registrar que esta Secretaria manifesta-se FAVORÁVEL também à autorização para o funcionamento dos cursos superiores de graduação de 1- Administração, bacharelado (código: 1385243; processo: 201701133); 2- Ciências Contábeis, bacharelado (código: 1385244; processo: 201701134) ; 3- Gestão de Produção Industrial, tecnologia (código: 1385245; processo: 201701135); 4- Gestão de Recursos Humanos, tecnologia (código: 1385246; processo: 201701136) e 5- Processos Gerenciais, tecnologia (código: 1385247; processo: 201701137), pleiteado quando da solicitação de credenciamento, cujo ato a ser publicado por esta Secretaria ficará condicionado à deliberação sobre o referido credenciamento pelo CNE.

Considerações do Relator

Os resultados das avaliações *in loco* realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tanto a nível da IES, quanto em relação aos cursos propostos, sintetizados nos quadros abaixo, mostram que a Faculdade Cesumar de Campo Grande tem uma boa condição de oferta.

Dimensões/Eixos	Conceitos
Dimensão 1 - Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional	4,00
Dimensão 2 - Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional	3,56
Dimensão 3 - Eixo 3 – Políticas Acadêmicas	3,50
Dimensão 4 - Eixo 4 – Políticas de Gestão	4,33
Dimensão 5 - Eixo 5 – Infraestrutura Física	3.25
CONCEITO INSTITUCIONAL: 4	

Processo e-MEC	Curso/ Grau	Período de realização da avaliação <i>in loco</i>	Dimensão 1 - Org. Didático-Pedagógica	Dimensão 2 - Corpo Docente	Dimensão 3 - Infraestrutura	Conceito de Curso/ Perfil de Qualidade do curso
201701133	Administração/Bacharelado	2/8/2017 a 5/8/2017	2,9	3,8	3,5	3
201701134	Ciências Contábeis/bacharelado	2/8/2017 a 5/8/2017	4,3	4,1	3,5	4
201701135	Gestão da Produção Industrial/Tecnologia	10/9/2017 a 13/9/2017	4,4	4,4	3,7	4
201701136	Gestão de Recursos Humanos/Tecnologia	2/8/2017 a 5/8/2017	3,6	3,5	3,3	3
201701137	Processos Gerenciais/Tecnologia	20/8/2017 a 23/8/2017	4,5	4,2	3,9	4

A SERES, em suas conclusões, estabelece que:

Diante do exposto, considerando a instrução processual e a legislação vigente, esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior é de parecer FAVORÁVEL ao credenciamento da FACULDADE CESUMAR DE CAMPO GRANDE (cód. 22095), a ser instalada na Rua Euclides da Cunha, bairro Jardim dos Estados nº 1216, no município de Campo Grande/MS CEP 79020230, mantida pelo O PL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA (cód. 16427), com sede no município Maringá /PR, pelo prazo máximo de 4 anos, submetendo o presente processo à deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Deve-se registrar que esta Secretaria manifesta-se FAVORÁVEL também à autorização para o funcionamento dos cursos superiores de graduação de 1- Administração, bacharelado (código: 1385243; processo: 201701133); 2- Ciências Contábeis, bacharelado (código: 1385244; processo: 201701134); 3- Gestão de Produção Industrial, tecnologia (código: 1385245; processo: 201701135); 4- Gestão de Recursos Humanos, tecnologia (código: 1385246; processo: 201701136) e 5- Processos Gerenciais, tecnologia (código: 1385247; processo: 201701137), pleiteado quando da solicitação de credenciamento, cujo ato a ser publicado por esta Secretaria ficará condicionado à deliberação sobre o referido credenciamento pelo CNE.

Assim, levando em consideração o exposto acima, encaminho meu voto favorável ao pleito da IES.

II – VOTO DO RELATOR

Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Cesumar de Campo Grande, a ser instalada na Rua Euclides da Cunha, nº 1.216, bairro Jardim dos Estados, no município de

Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul, mantida pelo PL Administração e Participações Ltda., com sede no município de Maringá, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Administração, bacharelado; Ciências Contábeis, bacharelado; Gestão de Produção Industrial, tecnológico; Gestão de Recursos Humanos, tecnológico; e Processos Gerenciais, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

Brasília (DF), 7 de novembro de 2018.

Conselheiro Joaquim José Soares Neto – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.
Sala das Sessões, em 7 de novembro de 2018.

Conselheiro Antonio de Araujo Freitas Júnior – Presidente

Conselheiro Joaquim José Soares Neto – Vice-Presidente